Evento:XXX Jornada de Pesquisa

ECONOMIA DO CUIDADO: ANÁLISE HISTÓRICA E CONCEITUAL A PARTIR DE TRÊS MARCOS FUNDAMENTAIS [1]

Daniel Hedlund Soares das Chagas[2], Daniel Claudy da Silveira[3], Sandra Vidal Nogueira[4], Tarcisio Dorn de Oliveira[5]

[1] Pesquisa desenvolvida junto ao Grupo de Pesquisa Espaço Construído, Sustentabilidade e Tecnologias (GTEC). O texto faz parte das reflexões oriundas do Projeto de Pesquisa "Patrimônio territorial urbano: a preservação da arquitetura patrimonial e suas inter-relações com a memória, identidade, pertencimento, cidadania e o planejamento das cidades".
[2] Doutorando em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Bolsista Capes.
[3] Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul.
[4] Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
[5] Doutor em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ).

INTRODUÇÃO

A Economia do Cuidado tem ganhado crescente visibilidade nos últimos anos, consolidando-se como um eixo central nas pesquisas acadêmicas e nos debates sobre gênero e divisão sexual do trabalho. Apesar desse reconhecimento, a responsabilidade pelo cuidado continua majoritariamente atribuída às mulheres, evidenciando a persistência de desigualdades estruturais. No Brasil, transformações sociais recentes e novas concepções sobre papéis de gênero têm ampliado a participação feminina em diferentes esferas da sociedade, mas não foram suficientes para desconstruir a lógica que naturaliza o cuidado como tarefa feminina. Como aponta Hirata (2016), esse trabalho é historicamente concebido como uma "vocação feminina", o que contribui para sua desvalorização econômica e simbólica. Mesmo quando inserido no mercado formal, o trabalho de cuidado é marcado por baixos salários, informalidade e precarização, refletindo um sistema que ainda hierarquiza os trabalhos com base em critérios de gênero e reforça a invisibilidade das atividades essenciais à reprodução da vida social.

A partir da década de 1970, a Economia do Cuidado expandiu-se como campo de estudo, incorporando análises sobre as interseções entre gênero, classe e raça, além de debates sobre políticas públicas voltadas à redistribuição do trabalho de cuidado. Segundo Malaver-Fonseca, Serrano-Cárdenas e Castro-Silva (2021), a Economia do Cuidado é entendida como uma responsabilidade compartilhada entre Estado, empresas, sociedade e família, focada na prestação de serviços essenciais, majoritariamente realizados por mulheres. Essa compreensão

da relação entre capitalismo e divisão sexual do trabalho permitiu novas abordagens que destacam a valorização do cuidado como elemento central da economia e da organização social. Para Esquivel (2011), o conceito tem origem nos debates sobre o trabalho doméstico, evoluindo para a noção mais ampla de trabalho reprodutivo e, posteriormente, para o trabalho de cuidado propriamente dito.

Nessa perspectiva, a Economia do Cuidado emerge como um campo de reflexão interdisciplinar que articula teoria econômica, feminismo, sociologia, políticas públicas e ética, promovendo uma releitura crítica dos fundamentos que sustentam os sistemas econômicos contemporâneos. Em um cenário global marcado por crises sociais, econômicas e ambientais, o cuidado revela-se como eixo estruturante da reprodução da vida, embora permaneça marginalizado nas estatísticas econômicas e nas decisões políticas (Folbre, 2001). Ao reconhecer o cuidado como trabalho essencial, frequentemente realizado por mulheres em condições precárias ou não remuneradas, essa abordagem desafia as fronteiras tradicionais entre produção e reprodução, propondo a centralidade do bem-estar humano como parâmetro de desenvolvimento. Nesse sentido, repensar a economia a partir do cuidado torna-se essencial para o enfrentamento das desigualdades estruturais de gênero, classe e raça. Assim, este texto propõe uma análise histórica e conceitual da Economia do Cuidado, mapeando suas origens e os elementos que contribuíram para sua formulação teórica em três grandes marcos históricos.

METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa de cunho exploratório, fundamentada em revisão bibliográfica, com o propósito de compreender os fundamentos teóricos e os contextos históricos que permeiam a construção da Economia do Cuidado. Conforme destaca Gil (2008), a pesquisa qualitativa possibilita uma análise aprofundada das relações sociais e dos fenômenos complexos, considerando suas múltiplas dimensões e particularidades. Essa abordagem é especialmente adequada para investigar as interseções entre gênero, trabalho e políticas públicas, campos intrinsecamente interligados na temática do cuidado. Ainda, para o referido autor, a revisão bibliográfica consiste em um levantamento organizado e sistemático de publicações relacionadas ao tema de pesquisa, com o objetivo de identificar, selecionar, analisar e interpretar os conhecimentos já produzidos sobre o assunto, ao funciona como um suporte

essencial para o planejamento e a execução da pesquisa, assegurando rigor e consistência ao processo investigativo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A temática da Economia do Cuidado tem suas origens e consolidação principalmente em países do Norte Global, com destaque para os Estados Unidos e algumas nações da Europa Ocidental, especialmente nos círculos acadêmicos feministas e progressistas a partir da década de 1970 e 1980. A consolidação se deu em três frentes principais:

1ª Fase (Início) – Estados Unidos (décadas de 1970-1980): O início da formulação teórica da Economia do Cuidado remonta aos Estados Unidos, entre as décadas de 1970 e 1980, em meio ao contexto do movimento feminista de segunda onda. Nesse período, as feministas passaram a questionar a divisão sexual do trabalho e a invisibilização das atividades domésticas e de cuidado, tradicionalmente realizadas por mulheres e excluídas das análises econômicas convencionais. A crítica central residia no fato de que esse trabalho, embora essencial para a reprodução da vida e para o funcionamento da economia, não era reconhecido nem remunerado, sendo naturalizado como uma extensão das supostas habilidades femininas. Entre as autoras fundamentais desse debate, destaca-se Nancy Folbre, que cunhou e consolidou o termo *caring labor* (trabalho de cuidado), defendendo sua inclusão nas análises econômicas. Joan Tronto também teve papel central, ao introduzir uma perspectiva ética e política sobre o cuidado como prática social e responsabilidade coletiva, e não apenas feminina e privada.

2ª Fase (Consolidação) – Europa Ocidental e América do Norte (décadas de 1990-2000): A consolidação da Economia do Cuidado ocorreu principalmente na Europa Ocidental e na América do Norte entre as décadas de 1990 e 2000, quando o tema passou a ser incorporado de forma mais sistemática às políticas públicas de bem-estar social. Em países escandinavos e no Reino Unido, por exemplo, houve uma crescente valorização dos serviços relacionados à parentalidade, educação infantil e cuidados de saúde, integrando o cuidado como componente central das agendas governamentais. Paralelamente, instituições internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) começaram a incluir a Economia do Cuidado em seus relatórios e recomendações, conferindo maior legitimidade institucional ao conceito. No âmbito latino-americano, instituições como o Instituto de Pesquisa

das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social (UNRISD) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) desempenharam papéis cruciais na difusão e adaptação do conceito, ampliando sua relevância para contextos marcados por desigualdades sociais e econômicas específicas.

3ª Fase (Expansão) – América Latina (década de 2000 em diante): A terceira fase da Economia do Cuidado, marcada pela expansão do tema na América Latina a partir dos anos 2000, evidencia a crescente importância do debate em contextos do Sul Global. Neste período, o campo passa a incorporar as especificidades regionais, como as desigualdades socioeconômicas, a informalidade do trabalho e a persistente divisão sexual do trabalho. Destacam-se lideranças intelectuais como Elizabeth Jelin e Corina Rodríguez Enríquez, ambas da Argentina, e Helena Hirata, com atuação no Brasil e França, que contribuíram significativamente para o desenvolvimento teórico e político da Economia do Cuidado na região. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) assumiu papel estratégico ao produzir dados empíricos relevantes e ao fomentar políticas públicas que valorizam o trabalho de cuidado, integrando-o à agenda regional de igualdade de gênero e justiça social. Essa fase representa, assim, uma adaptação e ampliação do conceito, tornando-o mais sensível às demandas e realidades latino-americanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do conceito de Economia do Cuidado ao longo do tempo reflete uma trajetória marcada por aprofundamentos teóricos e ampliações territoriais que consolidaram sua relevância social e política. Inicialmente, nos Estados Unidos, nas décadas de 1970 e 1980, o surgimento da temática foi fundamental para visibilizar o trabalho de cuidado, tradicionalmente invisibilizado e atribuído às mulheres, desafiando as abordagens econômicas convencionais. Na segunda fase, entre as décadas de 1990 e 2000, a consolidação na Europa Ocidental e América do Norte possibilitou a incorporação da Economia do Cuidado às políticas públicas e a legitimação institucional por meio de organismos internacionais, ampliando seu impacto para além do campo acadêmico. Finalmente, a partir dos anos 2000, a expansão para a América Latina trouxe uma perspectiva contextualizada, que dialoga com as especificidades do Sul Global, como as desigualdades sociais e a informalidade, fortalecendo a agenda de

igualdade de gênero e a valorização do cuidado como componente essencial para o desenvolvimento sustentável e a justiça social.

A Economia do Cuidado na contemporaneidade incorpora uma abordagem crítica que reconhece as desigualdades estruturais de gênero, classe e raça como elementos centrais para a compreensão das dinâmicas do cuidado. Atualmente, o conceito ultrapassa a mera valorização do trabalho de cuidado, ampliando-se para analisar como essas desigualdades interseccionais configuram as condições de trabalho, a distribuição das responsabilidades e o acesso a direitos das pessoas envolvidas nas atividades de cuidado. A perspectiva interseccional evidencia que as mulheres negras, indígenas e de classes populares são as mais vulnerabilizadas e precarizadas nesse campo, sofrendo duplas ou múltiplas opressões. Assim, a Economia do Cuidado contemporânea busca não apenas reconhecer o valor econômico e social do cuidado, mas também promover políticas públicas e práticas que enfrentem essas desigualdades, contribuindo para a construção de sociedades mais justas, inclusivas e igualitárias.

Palavras-chave: Economia do cuidado; divisão sexual do trabalho; gênero; políticas públicas; reprodução social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ESQUIVEL, V. **La economía del cuidado en América Latina: poniendo a los cuidados en el centro de la agenda.** PNUD, Panamá, Caderno Atando cabos, desfazendo nós, out. 2011. Disponível em: https://www.americalatinagenera.org/es/documentos/Atando_Cabos.pdf. Acesso em: 24 jul. 2025.

FOLBRE, N. **O coração invisível: economia e valores familiares**. Nova Iorque: Editora New Press, 2001.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

HIRATA, Helena. **Gênero, trabalho e cuidado.** São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

MALAVER-FONSECA, L. F.; SERRANO-CARDENAS, L. F; CASTRO-SILVA, H F. A pandemia de COVID-19 e o papel das mulheres na economia do cuidado na América Latina: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Estudos Gerenciales**, Cali, v. 158, pág. 153-163, 2021.